

# **DIREITO À CIDADE E A MEMÓRIA: COMO O ENSINO DE GEOGRAFIA PODE POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO ATIVA NA FORMAÇÃO DA CIDADE.**

Francisco Leandro da Silva Rodrigues <sup>1</sup>  
Alexsandra Maria Vieira Muniz <sup>2</sup>

## **RESUMO**

Direito à cidade, termo cunhado por Henri Lefebvre, em 1968, para evidenciar as disputas por poder na cidade, nos permite compreender as transformações que acontecem na cidade, através da leitura do espaço, dos movimentos sociais e seus conflitos. Nas cidades Brasileiras há diversos espaços que se colocam como espaços de disputa, esses se revelam como favelas ou rugosidades, mas também como grandes condomínios fechados, a questão é que todas as classes querem existir na cidade, espaço de direito. A Lei Federal 10.257/2001, Lei do estatuto da cidade, que trata de regulamentar os Art. 182 e 183 da constituição federal de 1988, diz que as cidades devem ser um espaço democrático e sustentável, que os governos devem mediar os usos do solo e fazer a manutenção da cidade. A lei também determina que todas as cidades com mais de 20.000 habitantes devem executar um plano diretor, feito com participação popular e dos setores da economia, para que seja determinado as melhores formas de usar a cidade, em comum acordo com a população. A ONU, durante a conferência Habitat III, que aconteceu em Quito - CA, em 2016, tratava de incluir o direito à cidade na sua nova agenda urbana, novamente ratificando que a cidade deve ser um espaço sustentável, democrático e de todos. A partir dessa leitura, esse trabalho busca dar luz as formas de trabalhar o direito à cidade em sala de aula, usando a memória da cidade, seus processos e seus movimentos, como elementos lúdicos e instigadores, incentivando que o aluno realize a leitura dos espaços através dos vários nomes que aparecem, possibilitando questionar onde estão os seus ancestrais e qual lugar eles ocupam na cidade de hoje.

**Palavras-chave:** Direito à cidade, Cidade, Educação, Memória, Cidadania.

## **INTRODUÇÃO**

Compreender a cidade em suas diversas escalas é um desafio sempre presente em sala de aula. Analisar como funcionam os diferentes territórios que a compõem, suas legislações, relações pessoais, de origem e de permanência, permite não apenas

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, [flandrosr404@gmail.com](mailto:flandrosr404@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal Ceará- UFC, [geoalexandraufc@gmail.com](mailto:geoalexandraufc@gmail.com)



compreender o espaço em que vivemos, mas também a forma como ele se impõe sobre nós. No centro dessa discussão está o direito à cidade — termo cunhado por Henri Lefebvre em 1968 — que compreende a cidade como um espaço de constante disputa, não apenas no viés do capital, mas também nos aspectos sociais e culturais. Assim, a cidade não deve ser interpretada apenas como local de moradia e trabalho, mas como um produto de vida e de sobrevivência no tempo e no espaço.

Para Lefebvre (2001, p. 46), “a cidade é resultado das relações sociais que a constituem, sendo uma projeção da própria sociedade sobre o espaço urbano”. Nessa mesma perspectiva, Lana Cavalcante (2017) afirma que “o tema da cidade, no ensino de Geografia, contribui para a compreensão da espacialidade contemporânea e para a prática cidadã, dando relevo à sua dimensão territorial, à referência à vida coletiva e ao trabalho concreto com conceitos geográficos elementares, como os de paisagem, lugar e território”. Essas projeções revelam não apenas as relações do tempo presente, mas também toda a história da cidade — expressa em seus prédios históricos, ruas, praças e toponímias (nomes e datas que fazem referência à história dos espaços urbanos) — que narram os processos de transformação urbana, adequando suas formas e funções às novas necessidades.

Os espaços da cidade não podem ser destituídos de função social — ideia presente nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e reafirmada no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) —, os quais colocam a cidade em uma condição de constante transformação para atender a essas funções.

Partindo desses pressupostos, torna-se necessário compreender como estamos inseridos nesse espaço, qual o papel dos sujeitos urbanos e como se constroem as memórias, as formas e as funções que se projetam na cidade, por meio de uma análise participativa dos estudantes com os espaços do cotidiano e das formas como interagem com a cidade.

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvido — no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Núcleo de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) — um conjunto de aulas que propõem uma leitura histórica da cidade em que os alunos vivem, neste caso, Fortaleza (CE). Partiu-se de sua função primária, desde a chegada dos portugueses, passando por sua importância



para o estado do Ceará nos diferentes períodos históricos do Brasil (Colônia, Império e República), até chegar à sua configuração atual, finalizando com uma análise mais pontual do bairro dos alunos, dialogando com autores locais que estudam a cidade.

De acordo com Dantas, Silva e Costa (2009), a cidade de Fortaleza consolidou-se como a principal metrópole do estado, destacando-se por suas relações comerciais, sociais e econômicas. Em 2021, a capital cearense foi responsável por 37,68% do PIB do estado, o equivalente a R\$ 73,43 bilhões (IPECE, 2023). Fortaleza também possui a maior região metropolitana do Ceará, composta por 19 municípios e 2,4 milhões de habitantes em sua sede (IBGE, 2022). Mesmo possuindo um alto poder econômico, a cidade manifesta diversas desigualdades socioespaciais e ambientais. Bairros mais nobres contam com ampla infraestrutura e múltiplos espaços de lazer, enquanto áreas periféricas enfrentam carência de equipamentos públicos, infraestrutura precária e escassez de espaços de convivência, muitas vezes criados pela própria população. Para grande parte dessas comunidades, a cidade se apresenta, sobretudo, como espaço de trabalho e dormida, com pouca oferta de lazer e cultura.

Como resultado das ações pedagógicas, observou-se uma forte interação dos alunos em sala de aula e uma maior compreensão dos conceitos geográficos abordados, como espaço, paisagem, lugar e território. Além disso, os estudantes trouxeram exemplos de espaços conhecidos por eles, relacionando-os aos conteúdos discutidos. Essa participação mais ativa fortaleceu o aprendizado e as relações dos alunos com a cidade, levando-os a conhecer não apenas seus espaços, mas também suas legislações — transformando a forma como existem na cidade, adquirindo consciência de seus direitos e questionando o acesso a eles.

## **METODOLOGIA**

Esse estudo caracteriza-se como participativo, na medida em que alunos e professores se tornam agentes ativos e conscientes na produção do espaço vivido e na busca pela análise deste. A prática pedagógica realizada pelos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Geografia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), com alunos do 1º ano do ensino médio da rede pública



estadual, fundamenta-se na necessidade de construção de uma identidade cidadã, respaldada pelo art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A atividade foi dividida em escalas de análise, sendo elas: região, estado, cidade e bairro. Em cada uma das etapas foi desenvolvido um trajeto histórico, tendo como base os períodos de poder: Colônia, Império e República.

Num primeiro momento, realizou-se uma análise do desenvolvimento da região Nordeste, abordando seus aspectos econômicos, sociais, culturais e climáticos, bem como a forma como o Nordeste se relacionava com o restante do país.

Na segunda etapa, desenvolveu-se a análise do estado do Ceará, com foco na questão do semiárido e nas dificuldades históricas de exploração do território. Também foram discutidas as relações de dominação dos povos europeus sobre os povos nativos, especialmente nas interações com a água, na formação de vilas e na agropecuária — elementos que forneceram a base para a ocupação portuguesa.

Na terceira etapa, foi realizada uma análise histórica da cidade de Fortaleza, com ênfase nos séculos XIX e XX, considerando os processos econômicos e legislativos que permitiram seu desenvolvimento e consolidação como metrópole. Essa etapa foi complementada com uma aula de campo no centro histórico da cidade, possibilitando materializar os processos de formação urbana por meio da observação de prédios históricos e das personalidades que dão nome às ruas.

Por fim, em um quarto momento, realizou-se uma análise histórica do bairro em que a escola está situada — e onde a maioria dos alunos reside —, buscando compreender como e por que o bairro surgiu, seus espaços de lazer, o perfil da população, a infraestrutura existente e suas personalidades históricas locais. Essa etapa utilizou dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e do Censo IBGE (2022), abrindo espaço para que os alunos expressassem seus conhecimentos sobre o bairro, refletissem sobre o acesso a outros espaços da cidade e propusessem melhorias. Além disso, discutiram quem são os agentes responsáveis pela atual condição do bairro e quais caminhos podem ser trilhados para transformá-la.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Lefebvre (2001), a cidade é um produto das relações sociais humanas, projetando-se sobre o espaço urbano. Essas relações se manifestam de diversas formas — comerciais, culturais, econômicas e sociais — por meio das estruturas e infraestruturas urbanas. Assim, a cidade configura-se como um espaço de disputas, onde diferentes grupos expressam suas necessidades e relações de trabalho. Outras formas de intervenção também se revelam através da religiosidade, que produz espaços como igrejas, templos e terreiros, e do lazer, que cria a necessidade de praças, cafês, restaurantes e outros locais de convivência. Todas essas manifestações constituem o processo de acesso à cidade, o que, para o autor, representa o exercício do direito à cidade.

Para Cavalcante (2017), o estudo da cidade possibilita a compreensão dos espaços de vivência e a formação cidadã, favorecendo a vida coletiva e as relações sociais, incluindo a reivindicação por melhores condições de vida e sobrevivência. Para a autora, essas análises estão diretamente ligadas às relações de direito, que criam as condições de ter direitos e se projetam por toda a vida do indivíduo, refletindo-se em suas práticas cotidianas e em sua identidade com o lugar e o território, no exercício do direito de usufruir a cidade. Nessa perspectiva, o estudo da cidade, no âmbito da Geografia escolar, permite que os alunos se tornem agentes críticos nos espaços de convívio, fortalecendo suas relações com o meio, problematizando-o e promovendo o avanço dos saberes geográficos.

Dantas, Silva e Costa (2009) apresentam os diversos processos que possibilitaram à cidade de Fortaleza consolidar-se como uma metrópole, destacando suas múltiplas relações comerciais, sociais e econômicas. Os autores analisam os planos de governo, a formação dos bairros e as relações de trabalho, comparando Fortaleza com outras regiões metropolitanas do Ceará — como a Região Metropolitana de Sobral e a Região Metropolitana do Cariri (Crato, Juazeiro e Barbalha – CraJuBa). Evidenciam, assim, o conjunto de fatores que contribuíram para tornar a Região Metropolitana de Fortaleza a mais desenvolvida do estado. Além disso, os autores apontam as problemáticas urbanas que persistem no espaço da cidade: embora detenha o maior PIB do Ceará, Fortaleza enfrenta sérios desafios sociais, como a falta de infraestrutura, a formação de favelas, o acúmulo de lixo e a existência de vazios urbanos



A partir dessa concepção teórica, observa-se que a própria legislação brasileira reafirma o direito à cidade e à função social do espaço urbano. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelecem que todos os cidadãos têm direito à cidade e que esta deve cumprir sua função social. Esses dispositivos asseguram o direito a uma cidade dotada de infraestrutura adequada e qualidade de vida para todos. O Estatuto da Cidade, em especial, trata da necessidade de promover condições ambientais equilibradas e de garantir que a estrutura pública seja distribuída de forma justa pelo território urbano, de modo a assegurar o acesso da maior parte da população aos serviços e equipamentos coletivos. Além disso, determina que o planejamento urbano seja realizado por meio do Plano Diretor, elaborado de forma participativa, com a presença de representantes da sociedade civil, do setor empresarial e do poder público, buscando o melhor ordenamento e desenvolvimento das cidades.

Foi possível constatar que os alunos pouco frequentam os espaços de lazer da cidade, mantendo maior contato com aqueles localizados em seus próprios bairros. A partir dessa constatação, abriu-se espaço para a discussão sobre as formas e estruturas do bairro em que vivem, questionando-se a existência de poucos espaços destinados ao lazer. Conforme apresentado por Lefebvre (2001), a cidade é um espaço de disputas e de projeção dos diferentes grupos sociais sobre o urbano. Nesse sentido, os alunos perceberam que o bairro onde residem é utilizado principalmente como local de moradia



e repouso, uma vez que a população é majoritariamente composta por trabalhadores de baixa renda que se deslocam diariamente para outras áreas em busca de emprego.

O bairro, portanto, foi planejado para atender às necessidades básicas dessa população, contando com infraestrutura de saneamento e transporte público; contudo, apresenta escassez de espaços voltados ao lazer e à convivência. Observou-se ainda que a maioria desses espaços surgiu por meio de ações populares, sendo predominantemente vinculados à cultura negra, como casas de capoeira, grupos de maculelê, saraus e bibliotecas comunitárias — iniciativas que passaram a receber apoio governamental apenas anos após sua fundação.

Como discutido por Dantas, Silva e Costa (2009), o desenvolvimento urbano tende a priorizar os espaços considerados nobres e de maior concentração de capital, relegando os bairros periféricos a um segundo plano. Mesmo movimentando grande volume econômico, a cidade distribui de forma desigual seus recursos e equipamentos urbanos, o que impacta diretamente a qualidade de vida das populações periféricas. Essa realidade dialoga com a discussão proposta por Cavalcante (2017), ao defender uma Geografia crítica e voltada à formação cidadã, possibilitando que os estudantes se reconheçam como agentes participativos e transformadores dos espaços urbanos que habitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a cidade, em seus aspectos sociais, culturais e econômicos, permite compreender as múltiplas dimensões que permeiam a vida urbana e contribuem para a construção de uma identidade com o espaço. É a partir dessa construção que nos tornamos cidadãos de uma cidade, tornando-nos agentes questionadores de suas formas, de seus espaços e dos acessos a eles.

Essa análise contempla os aspectos socio-históricos e as memórias da cidade, questionando a necessidade de revisão de suas referências toponímicas e de restauração de espaços de grande importância social e histórica para a população, além de fundamentar a cobrança por maior atenção do poder público a esses locais.

As discussões em sala de aula ampliaram o domínio dos alunos sobre o próprio bairro, mas também sobre espaços mais distantes da cidade, muitas vezes desconhecidos como



acessíveis ao público e de uso gratuito. Essa abordagem incentivou entre os estudantes o ato de frequentar tais espaços, bem como sua conservação e valorização, além de estimular a reivindicação para que espaços semelhantes sejam implementados em seus bairros.

Evidencia-se, portanto, que o estudo da cidade constitui uma forma eficiente de promover uma educação cidadã, capaz de transformar não apenas a percepção sobre o espaço urbano, mas também de fortalecer a identidade dos alunos com a cidade, tornando-os agentes participativos e ativos na sua construção e conservação, além de fortalecer suas relações com a comunidade e o exercício do direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, I. B. G. E. Censo demográfico 2022. **Dados nacionais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil, 2023.**

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; DA SILVA, José Borzachiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De cidade à metrópole:(trans) formações urbanas em Fortaleza.** Eustógio Wanderley Correia, 2009.

DE SOUZA CAVALCANTI, Lana. O estudo de cidade e a formação do professor de geografia: contribuições para o desenvolvimento teórico-conceitual sobre cidade e vida urbana. **Ateliê Geográfico**, v. 11, n. 2, p. 19-35, 2017.

DO CEARÁ, Governo do Estado. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). 2008.

FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília (DF)**, 1988.

FEDERAL, Senado. Estatuto da Cidade. **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília, 2001.

FEDERAL, Senado. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2005.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *IPECE divulga PIBs dos 184 municípios do Ceará.* Fortaleza, 15 dez. 2023.

